

Cem anos depois. Algumas heranças difíceis da Revolução de Outubro de 1917

Artigo de Francisco Louçã.

Nas suas *Notas de Prisão*, Rosa Luxemburgo, que acompanhava à distância, mas com fervor, a revolução em Petrogrado e Moscovo, consciente dos riscos e dos perigos - porventura com mais clarividência do que qualquer dirigente revolucionário dessa segunda geração do marxismo -, apelou à solidariedade, mas não abdicou do seu espírito crítico. Escrevia ela que «Concretamente, o que poderá trazer à luz do dia os tesouros de experiência e ensinamentos não é a apologia cega, mas a crítica penetrante e refletida. Porque uma revolução proletária modelo num país isolado, esgotado pela guerra mundial, estrangulado pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional, seria um milagre. O que importa é distinguir, na política dos bolcheviques, o essencial do acessório, o substancial do fortuito».

Se distinguir o essencial do acessório e do fortuito é sempre difícil, ainda mais a uma distância histórica que esbate as dificuldades das decisões imediatas, tal como oculta as contradições e os dramas de uma revolução em curso, recusar a «apologia cega» e manter uma «crítica penetrante e refletida» é pelo menos indispensável. Nas sete anotações que se seguem, situo e discuto brevemente alguns dos impactos e das consequências da Revolução de Outubro de 1917, referindo-me ao percurso de alguns dos seus protagonistas, com a mesma preocupação de evitar a apologia e pensar criticamente, como é merecido pelo grande acontecimento que alterou o curso do século XX.

1. Uma viragem mundial

Tariq Ali, no *New York Times* de 3 de abril de 2017, cita Winston Churchill sobre Lenine: «A sua mente era um instrumento notável», escreveu o estadista britânico, pouco dado a encómios dos inimigos. Acrescentou Churchill, num tom ainda mais grandiloquente: «Quando brilhava, a sua luz iluminava o mundo

inteiro, a sua história, as suas dificuldades, as suas farsas e, sobretudo, as suas injustiças».

Seria assim? Uma «luz que iluminava as injustiças» do mundo? Sê-lo-ia certamente para Churchill, já então um político com carreira no Reino Unido (foi o ministro da Marinha durante a Guerra Mundial), um dos chefes conservadores que depois da Revolução viria ser o principal promotor da invasão da Rússia pelas tropas do seu país. Mas o que a frase mais do que tudo revela é o impacto simbólico, político e social da Revolução Russa, bem com da figura de Lenine.

Essa Revolução foi a consequência da Primeira Guerra Mundial, mas também das circunstâncias do império czarista, e desencadeou um movimento de pânico entre as classes dominantes (que responderam com grandes concessões desde o início dos anos 1920, mas também com a mobilização das primeiras milícias fascistas). A Revolução surpreendeu e assustou, porventura como na Europa só tinha acontecido nas décadas anteriores, e em menor escala, com a Comuna de Paris.

No entanto, a Revolução anunciava-se. Em 1905 tinham sido constituídos sovietes nas principais cidades russas; em 1910 começava a Revolução Mexicana e, no ano seguinte, a Chinesa. Durante os anos da repressão, e depois durante os da chacina que foi a Guerra Mundial, o debate político e a recomposição do movimento, que então se chamava de social-democracia (e que até 1914 incluía todas as principais correntes socialistas e revolucionárias), foi crescendo, demonstrando que os pilares do velho mundo estavam a ruir. De facto, ao contrário dos grandes processos revolucionários do passado (Inglaterra em 1648, Estados Unidos em 1776 e França logo depois, em 1789, ou ainda, no caso da Comuna, em 1871), a Revolução Russa foi concebida estrategicamente, foi discutida e foi mesmo planeada, no contexto da precipitação provocada pela queda do czar e pelos meses de transição desde a Revolução de Fevereiro de 1917. Foi a primeira revolução subjetivamente preparada na história da humanidade.

Mudando os eixos da política europeia e mundial, a Revolução de Outubro desencadeou ou acentuou outros abalos sísmicos nos anos 1920 (Alemanha, Hungria, Bulgária, Itália), influenciou depois a vitória eleitoral das esquerdas em França e a revolução republicana em Espanha, bem como transformação do mapa políticos das esquerdas em todo o mundo. A resposta das classes dominantes foi o fascismo e o nazismo e, portanto, a Segunda Guerra Mundial.

2. Era possível uma revolução socialista num país atrasado?

Um dos grandes debates entre as esquerdas russas dizia respeito nada menos do que à própria possibilidade de uma revolução socialista no país - e a maioria das opiniões favorecia uma visão cética.

Os teóricos do populismo russo (Danielson, Vorontsoi) adotavam a posição aparentemente mais à esquerda: considerando a limitação da indústria russa e do seu mercado interno, bem como a fragilidade da burguesia moderna no Estado czarista, os populistas defendiam a possibilidade de uma revolução que instaurasse o socialismo, mas referiam-se a um socialismo baseado em comunidades agrárias e associações de camponeses e pequenos proprietários, e daí também a sua insistência nas reivindicações de distribuição da terra.

Os chamados “marxistas legais” (Tugan, Bulgakov) esperavam que a promessa de reformas liberais da monarquia tornassem possível um crescimento da indústria moderna e da classe operária, e que a luta sindical e eleitoral conseguisse um novo espaço no império czarista.

Quanto às duas alas da social-democracia russa, tanto os mencheviques (Plekanov) como os bolcheviques (Lenine, Bukarine, Zinoviev) consideravam que haveria necessariamente uma fase de desenvolvimento capitalista depois da queda do czar, e que a democratização permitiria uma aliança com setores da burguesia para alcançar essa etapa de crescimento das forças produtivas. Mas Lenine concebia esse processo como um movimento de conflito e de revolução agrária, com a expropriação da aristocracia latifundiária e, portanto, com a nacionalização da terra, tendo abandonado depois esta última ideia, na sequência da sua mudança de posição e das exigências táticas da revolução de 1917 e das alianças imediatamente posteriores, quando passou a defender a distribuição das terras (“a terra a quem a trabalha”).

Trotsky foi o único dirigente revolucionário que, tendo ficado isolado depois das várias ruturas entre mencheviques e bolcheviques ao longo dos anos seguintes à Revolução de 1905, defendeu o caráter socialista da revolução que conduziria à queda do czar. Os acontecimentos de 1917 acabaram por provocar o alinhamento de Lenine com o seu ponto de vista.

3. A Comuna como modelo de Estado novo

Ao longo de 1917, os revolucionários russos confrontaram-se com um contexto para o qual estavam mal preparados do ponto de vista técnico e mesmo conceptual: a tomada do poder de Estado pelos soviets, contra o governo provisório que incluía os partidos de direita, populista e menchevique. Entre outros aspetos que não discutirei nestas curtas notas, estavam mal preparados porque não tinham nem a experiência nem sequer o conceito do que deveria ser o funcionamento do Estado depois dessa tomada do poder.

Lenine tinha dedicado o seu *O Estado e a Revolução* à crítica a Kautski, que fora o mais reconhecido filósofo marxista depois da morte de Engels, mas que tinha entrado em conflito, desde 1914, com os dirigentes bolcheviques (em 1917 Kautski tinha rompido com o Partido Social Democrata Alemão e aderido ao Partido Social Democrata Independente, que se opunha à guerra). Kautski divergia de Lenine sobre o carácter da Revolução Russa e o seu programa, e em 1917 essa divergência era muito crispada. Mas o livro, ao apresentar a alternativa de Lenine, limita-se a esboçar o que seria o novo aparelho do Estado e o funcionamento político do novo poder, demonstrando alguma simplificação sobre o que seriam as dificuldades concretas de dirigir a máquina do Estado. Os bolcheviques simplesmente nunca tinham pensado no que seria gerir, transformar, adaptar e modernizar as funções do Estado.

O ponto de partida de Lenine, como repetiu no livro, mas também depois em vários artigos e muito claramente num dos seus últimos escritos, em março de 1923 no *Pravda*, era a referência da Comuna de Paris. A Comuna é «a forma política por fim encontrada, pela revolução proletária, com a qual se pode conseguir a emancipação económica do trabalho», e seria o modelo para a nova administração, para a destruição da máquina burocrática tradicional e para construir as novas forças militares a partir da mobilização miliciana. Igualdade de salários, revogabilidade dos eleitos, carácter democrático e assembleário dos processos deliberativos, essa seria a «forma política por fim encontrada».

Era muito, pois tratava-se da evocação de uma experiência social de mobilização heroica da população de Paris contra os exércitos francês e alemão, mas era também muito pouco, pois tratava-se de uma derrota e não de uma vitória, de uma cidade e não de um país, de classes populares muito mobilizadas e não da diversidade social como a que definia a Rússia, do curto prazo e não do longo

prazo. Além disso, Lenine não podia comparar a Revolução Russa com o quadro político da Comuna. Por isso, a Comuna poderia ser uma inspiração, não podia ser um modelo.

Aliás, nesse mesmo artigo de 1923, Lenine tomava como normal a sobreposição entre a instituição soviética e o partido bolchevique, mesmo que nisso não pudesse evocar o exemplo da Comuna. Essa confusão entre a soberania popular e a instituição partidária era um prenúncio de muitas das dificuldades posteriores e a demonstração de que não havia um conceito de Estado e de soberania popular que definisse claramente a estratégia dos bolcheviques.

Mesmo na preparação da Revolução de Outubro, ao passo que Trotski insistia na necessidade de respeitar a legalidade soviética - era o presidente do Soviete de Petrogrado, em que tinha sido formado um Comité Militar Revolucionário, a que obedeciam os sovietes de soldados -, Lenine preferia uma simples decisão partidária. Acabou por ser vencido nesse tema, sendo o Comité Militar Revolucionário, e não o partido diretamente, a organizar a insurreição na noite de 25 para 26 de outubro (ou de 6 para 7 de novembro no calendário ocidental).

4. Poder soviético e voto universal

Poucas semanas depois da vitória da Revolução e da queda de Kerenski, o novo governo realizou eleições para uma Assembleia Constituinte, cumprindo a sua promessa.

A composição da Assembleia Constituinte é reveladora da deslocação da relação de forças em comparação com eleições no mesmo ano, mas também do facto de os bolcheviques serem minoritários no conjunto da Rússia: os partidários de Lenine obtiveram cerca de um quarto dos votos, uma notável subida, os mencheviques 3%, uma notável queda, os cadetes (o principal partido de direita) só 10%, os diversos partidos nacionalistas e muçulmanos somaram 22% e o partido populista, ou socialista revolucionário, alcançou 41% e representava a maioria das massas camponesas.

A Assembleia reuniu durante dois dias, em janeiro de 1918, e foi logo dissolvida pelo congresso dos sovietes, que reclamou a única soberania nacional.

Rosa Luxemburgo, nas suas *Notas sobre a Revolução Russa*, criticou esta decisão (ela seria assassinada em janeiro de 1919 e, portanto, não acompanhou a

evolução posterior): «Se a Assembleia já estivesse eleita antes da Revolução de Outubro, e na sua composição refletisse a imagem de um passado superado e não da nova situação, a conclusão evidente seria liquidar essa Assembleia caduca, mal-nascida, e convocar sem demora novas eleições para uma Constituinte. Os bolcheviques não queriam e não deviam condicionar o futuro da revolução a uma Assembleia que refletisse a Rússia de ontem, o período das debilidades e da coligação com a burguesia; a única coisa que poderiam então fazer era convocar outra Assembleia que representasse a Rússia mais avançada e renovada».

E continuava: «Em vez de chegar a esta conclusão, Trotski centra-se nas deficiências específicas da Assembleia Constituinte reunida em novembro e chega a generalizar sobre a inutilidade de qualquer representação popular nascida do sufrágio universal durante o período da revolução. Mas que sobraria, na realidade, se tudo isto desaparecesse? Lenine e Trotski substituíram as instituições representativas, surgidas do sufrágio popular universal, pelos sovietes, como única representação autêntica das massas trabalhadoras. Mas, ao sufocarem a vida política em todo o país, também a vida nos sovietes ficará paralisada».

Concluía: «Sem sufrágio universal, liberdade ilimitada de imprensa e de reunião e sem confronto livre de opiniões, extingue-se a vida em todas as instituições públicas, converte-se numa vida aparente, em que a burocracia passa a ser o único elemento ativo. Esta é uma lei suprema e objetiva, a que não se pode furtar nenhum partido. A vida pública adormece pouco a pouco. O erro básico da teoria de Lenine e de Trotski é que, exatamente como Kautski, contrapõem ditadura à democracia. “Ditadura ou democracia” é como colocam a questão tanto os bolcheviques como Kautski; o último defende logicamente a democracia, e concretamente a democracia burguesa, que considera ser uma opção contra a revolução socialista; Lenine Trotski pronunciam-se, em alternativa, pela ditadura em oposição à democracia, isto é, por uma ditadura de um punhado de pessoas, pela ditadura segundo o modelo burguês. São dois polos opostos, equidistantes da verdadeira política socialista».

O tema da soberania e do voto popular e da articulação entre diversas formas de democracia, da «verdadeira política socialista», nos termos de Rosa Luxemburgo, só seria discutido na Rússia a partir dos finais dos anos 1920, e sobretudo na década seguinte. O primeiro texto a tratar profundamente o perigo da burocratização só aparece em 1928, quando Rakovski, que tinha dirigido o

governo soviético na Ucrânia, publica *Os Perigos Profissionais do Poder* - já era tarde demais.

5. O desastre de 1918

Os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte provam, entre outras coisas, que a decisão de constituir uma coligação entre os bolcheviques e frações dos partidos menchevique (os mencheviques internacionalistas) e socialista-revolucionário (os socialistas revolucionários de esquerda) era necessária e adequada. Assim, esse governo representava a maioria popular.

Os e as leitoras de *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, a extraordinária reportagem de John Reed acerca da Revolução em Petrogrado, terão notado que o livro não termina com a tomada do Palácio de Inverno, aliás um acontecimento relativamente menor no desenrolar dos acontecimentos, mas que se conclui com a votação do congresso dos soviets de camponeses, que aprova a constituição do novo governo soviético. Reed descreve-nos como, depois de os dirigentes bolcheviques se terem tentado debalde fazer ouvir pelo congresso, Maria Spiridonova, a principal dirigente dos socialistas revolucionários de esquerda, sobe à tribuna para explicar a coligação que estabelecera com Lenine. A maioria do congresso reconhece-se nela e apoia a sua decisão. A revolução tinha triunfado.

Esta coligação, depois formalizada, foi decidida por uma maioria no Comité Central bolchevique, aliás contra a vontade de Lenine. Os comissários do povo dos outros partidos dispuseram de margem de decisão (é famoso como Isaac Steinberg, o Comissário do Povo para a Justiça, socialista revolucionário, se opôs frontalmente ao desabafo de Lenine quando os bens essenciais escasseavam nas cidades: «Enquanto não usarmos o terror contra os especuladores, fuzilando-os de imediato, nada mudará». Ao que o comissário respondeu que, se assim viesse a ser, o seu lugar não teria sentido). Mas o acordo de coligação só durou até março de 1918.

Em março, o governo foi forçado, apesar de grandes divergências sobre essa escolha, a aceitar um acordo de paz com a Alemanha, cujas tropas tinham invadido a Rússia e não encontravam resistência, dado que o exército russo estava desagregado e os soldados não queriam mais combates. Esse acordo, assinado em Brest Litovsk, implicou que a Rússia perdeu um quarto do território

e um terço da população, 90% das minas de carvão, metade da indústria, incluindo a Ucrânia que representava 90% dos cereais exportáveis e três quartos da produção de carvão.

Tal concessão forçada fez renascer as divergências dentro da coligação governamental e provocou a saída dos mencheviques internacionalistas e socialistas revolucionários de esquerda (e alguns destes escolheram então voltar a praticar atos terroristas como os que tinham organizado contra o czarismo, mas desta vez contra os bolcheviques, como o assassinato de Volodarski, um dirigente bolchevique que também se opunha ao tratado de Brest Litovsk, em junho desse ano em Petrogrado). Sedes abertas e publicações diferentes mantiveram a expressão da atividade de partidos que se tinham oposto ao campo dos brancos na guerra civil, mas a partir do início dos anos 1920 essa vida pública democrática foi sendo extinta.

6. A guerra civil e a invasão franco-britânica

Em julho de 1918, o governo procedeu à nacionalização das indústrias. Já tinha antes deliberado o monopólio público do comércio externo (para controlar as divisas) e o repúdio da dívida externa contraída pelos czares, mas só perante a desorganização da produção se decidiu a tomar posse das fábricas.

A invasão franco-britânica, a partir do outono de 1918, alterou profundamente o quadro da guerra civil, que provocaria mais mortes do que a participação da Rússia na Guerra Mundial. Duas das maiores potências militares europeias juntaram os seus exércitos às forças czaristas e, para lhes responder, o governo tomou medidas de exceção, incluindo o que viria a ser chamado de “comunismo de guerra”, a mobilização de todos os escassos recursos que viessem a ser necessários para ganhar a guerra - em 1920 o exército absorvia metade da produção industrial, grande parte dos bens alimentares, todo o tabaco e 60% do açúcar (e os efeitos destrutivos da guerra foram violentos: em 1920 a produção industrial era 18% da de 1913).

A guerra transformou igualmente a organização social. Se o proletariado industrial era de cerca de três milhões de pessoas em 1917 (para 25 milhões de camponeses), em 1921-1922 estava reduzido a metade, mas o exército mobilizava 5,5 milhões de soldados. Ao mesmo tempo, o aparelho de Estado crescia exponencialmente: em 1920 os funcionários públicos eram quase 6 milhões,

quatro vezes o número dos operários.

Foi neste contexto que se desenvolveu um intenso debate sobre o movimento sindical no 9º congresso do partido bolchevique (março-abril de 1920). Trotski, então numa posição de poder, foi mandatado por proposta de Lenine para acumular a função de Comissário da Guerra com a de Comissário dos Transportes. Mas foi derrotado na sua proposta de militarização dos sindicatos e da produção, que incluía a substituição das direções em prol da submissão da estrutura sindical ao esforço de guerra. Lenine criticou esta proposta a partir de dezembro de 1920 e ela veio a ser vencida no congresso, apesar de apoiada por Bukarine, Preobajenski, Smirnov e Rakovski. A proposta derrotada, que representava uma solução repressiva, demonstrava uma vez mais a incompreensão de alguns dos dirigentes bolcheviques sobre a necessidade de um movimento social autónomo e expressivo e também o seu desespero.

A partir de 1921, já a guerra civil se aproximava do fim com a vitória das forças soviéticas, foi decidida uma nova estratégia, a Nova Política Económica, que procurava criar uma forma de “capitalismo de Estado” (foi o termo ambíguo então utilizado), com abertura ao mercado e a investimentos de capital, mas sob controlo público, para reanimar a economia. A NEP foi formalmente abolida em 1928.

7. Democracia no partido e na sociedade

O debate sobre a militarização dos sindicatos não foi o primeiro momento de reflexão sobre a democracia social, mas, como sublinhei, não existia então, entre os governantes e dirigentes soviéticos, nem a teoria nem a experiência nem a consciência da importância da autonomia das organizações sociais em relação ao partido e ao governo.

Depois da derrota da proposta sobre os sindicatos, as dificuldades impostas pela guerra civil seriam o pretexto para outras decisões que se revelariam desastrosas a curto prazo. No 10º congresso do Partido Bolchevique, em março de 1921, foi aprovada, por iniciativa de Lenine e com o acordo dos restantes membros da direção do partido, a proibição de tendências e frações dentro do partido. Nesse congresso exprimiam-se duas tendências minoritárias, a Oposição Operária (de Alexandra Kollontai, com 60 delegados em 690), e a Tendência do Centralismo Democrático, menos representativa. A moção de Lenine proibindo as tendências

só teve a oposição de 30 votos e, apesar de fechar o campo do debate interno, determinava que os dirigentes destas tendências podiam ser eleitos para o Comité Central (Kollontai continuaria a ter um papel importante no Estado soviético, sendo depois embaixadora no México e na Noruega). O congresso apoiou também a trágica repressão da revolta dos marinheiros de Kronstadt.

Muitos anos mais tarde, Trotski mudou de posição e passou a olhar para estes momentos como viragens perigosas na vida soviética. Na sua *Revolução Traída*, em 1936, criticou as decisões do congresso de 1921: «A proibição dos partidos de oposição produziu a das frações; a proibição das frações levou a proibir outra forma de pensar que não fosse a do chefe infalível. O monolitismo policial do partido teve por consequência a impunidade burocrática, que por sua vez se transformou em causa de todas as variantes da desmoralização e da corrupção». Em 1939 escreveu mais uma vez que «Pode-se discutir se foi justo ou não. O curso posterior mostrou, em qualquer caso, que esta proibição foi um dos pontos de partida para a degenerescência do partido».

Em 1938, no seu texto programático fundamental no fim da sua vida, o *Programa de Transição*, Trotski concluía que era essencial o estabelecimento de uma soberania popular e democracia eleitoral que definisse o lugar dos partidos nos soviets: «É impossível uma democratização dos soviets sem a legalização dos partidos soviéticos. Os operários e camponeses devem indicar pelo seu voto que partidos reconhecem como soviéticos».

Mas, nos anos 1920, a guerra, a miséria, a repressão, a burocratização, a onipotência do partido, o controlo de Estaline sobre o aparelho e outros fatores derrotaram as derradeiras e tardias tentativas de democratização. Percebendo-o, nos últimos dias de 1922 e nos primeiros dias de 1923, Lenine, acamado, ditou às suas secretárias o que veio a ser conhecido como o seu *Testamento*, recomendando o afastamento de Estaline de todo o seu poder partidário e elogiando Trotski, «o homem mais capaz do Comité Central» mas que teria uma inclinação para procedimentos «exageradamente administrativos». Em março de 1923, no seu artigo no *Pravda*, “Antes menos, mas melhor”, já à beira da morte, Lenine escrevia angustiadamente: «O nosso aparelho de Estado é tão deplorável, que a coisa mais prejudicial seria confiar que sabemos pelo menos alguma coisa. (...) Não, somos ridiculamente deficientes». O problema estava, portanto, na cabeça do partido, mas também na organização do poder de Estado «ridiculamente deficiente».

Nesse mesmo ano teve lugar o último debate que foi publicado na imprensa do partido. Um grupo de 46 dirigentes históricos do Partido Bolchevique publicou no *Pravda* uma carta com propostas para a reforma do partido e do poder soviético. Bateram-se pelas suas propostas e formaram uma oposição interna, que conseguiu o apoio de dois terços das células do exército e, em Moscovo, de 67 das 346 células, ou de 36% dos votos, sendo representativa de apoios importantes noutras organizações do partido. Mas ficou em minoria e foram então derrotados pela troika constituída por Estaline, Bukarine e Zinoviev. Estaline viria depois a fazer assassinar os seus dois aliados na sequência dos processos de Moscovo, a partir de 1936, e centenas de milhares de comunistas e de opositores foram aprisionados no Gulag. A revolução tinha sido atraída.